

Demonstrações Financeiras

Celcoin Instituição de Pagamento S.A.

30 de junho de 2025

(Reapresentado)



Diretoria

Diretor Presidente

Marcelo França Correa

Diretores

Adriano Meirinho

Thiago Zaninotti

Nijni Yuri Carvalho Farias

Contador

João Marcos G. Rocha

CRC SP-294278/O-0



Conteúdo

Relatório da Administração	4
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	6
Balanço Patrimonial	9
Demonstração do Resultado	10
Demonstração do Resultado Abrangente	11
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	12
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	13
Notas explicativas às demonstrações contábeis	14

Relatório da Administração

Em atendimento à resolução nº 02/2020 do Banco Central do Brasil (Bacen), artigo 14º, a Celcoin Instituição de Pagamento S.A. (“Companhia” ou “Celcoin” ou, quando incluindo as empresas investidas, (“Grupo”)) apresenta as demonstrações financeiras da Companhia, junto com as notas explicativas e relatório de auditores independentes, relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2025. As informações, exceto quando indicado de forma diferente, são expressas em moeda corrente nacional (em R\$ mil) e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, as quais levam em consideração aquelas disponíveis na legislação societária brasileira, normas e instruções do Conselho Monetário Nacional – CMN e do Banco Central do Brasil - BACEN, quando aplicáveis.

PRINCIPAIS DESTAQUES DO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2025

A receita da Celcoin aumentou cerca de 14% em relação ao mesmo período do ano anterior, atingindo o montante de R\$ 146 milhões.

A empresa segue ampliando o portfólio de soluções oferecidas aos clientes, anteriormente concentrados em soluções de pagamentos, o que tem impactado positivamente na qualidade de suas receitas, com aumento do share, redução de volatilidade e fortalecimento de parcerias de longo prazo.

ATUAÇÃO AMBIENTAL, SOCIAIS E DE GOVERNANÇA (ASG OU ESG, EM INGLÊS)

Com 349 colaboradores, a Celcoin é a única empresa do setor financeiro certificada como Empresa B, reflexo do compromisso contínuo com padrões elevados de desempenho social e ambiental, transparência e responsabilidade corporativa.

Agradecemos aos nossos colaboradores por todo empenho e comprometimento, o que nos permite obter resultados conforme o apresentado até o primeiro semestre de 2025, e aos nossos clientes, parceiros e investidores, pela confiança que vem sendo depositada.

Barueri, 15 de abril de 2026.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Verbo Divino, 1400
Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

**Aos Acionistas e Administradores da
Celcoin Instituição de Pagamento S.A.**

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Celcoin Instituição de Pagamento S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras da Celcoin Instituição de Pagamento S.A., em 30 de junho de 2025, foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas, de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Reapresentação das demonstrações financeiras

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2.2 das demonstrações financeiras, que descreve os efeitos das correções de erros das demonstrações financeiras do semestre findo em 30 de junho de 2025. Em 22 de setembro de 2025, emitimos relatório de auditoria sem modificações sobre essas demonstrações financeiras, as quais estão sendo reapresentadas. Conforme indicado na nota explicativa nº 2.2, essas demonstrações financeiras foram alteradas e estão sendo reapresentadas para refletir os ajustes descritos na referida nota explicativa. Consequentemente, nossa opinião considera essas alterações e substitui a opinião anteriormente emitida. Nossa opinião não contém modificação relacionada à este assunto.

Ênfase – Adoção da Resolução BCB nº 352

Chamamos a atenção para a Nota explicativa nº 3.2.6 às demonstrações financeiras que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa da apresentação, nas demonstrações financeiras referentes aos períodos do ano de 2025, dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto na Resolução BCB nº 352 do Banco Central do Brasil (BCB). Nossa opinião não contém ressalva relacionada à esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar à este respeito.

Responsabilidade da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de

auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 15 de abril de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6



Jonas Moreira Salles
Contador CRC 1SP- 295315/O-4

1. Contexto operacional

A Celcoin Instituição de Pagamento S.A. (“Celcoin”, “Instituição” ou “Companhia”), companhia de capital fechado, com sede e foro na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Xingu, 350, foi constituída em 17 de junho de 2011. O objetivo da Celcoin era inicialmente de oferecer softwares de captura e processamento para redes de correspondentes bancários. Hoje a Celcoin é uma infratech financeira especializada em potencializar negócios por meio da oferta de soluções modulares para empresas de diversos segmentos. A empresa comercializa produtos e serviços de soluções modulares de Banking as a Service (BaaS), Pix, Embedded Finance, Crédito (Lending as a Service), como catalisadores de um crescimento exponencial.

Continuidade operacional

Os planos da Administração para a continuidade operacional estão seguindo conforme o planejado, considerando investimento em pessoal, para construção de uma equipe altamente qualificada, para a realização dos processos de comercialização, o desenvolvimento de novos produtos e o atendimento ao cliente, conforme estabelecido no plano de negócio para os próximos anos.

A Companhia entende que os resultados destes investimentos são percebidos no crescimento apresentado, no aumento do nível de operação, e que as demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade operacional normal dos negócios da Celcoin.

2. Base de apresentação e elaboração das demonstrações financeiras**2.1. Apresentação das demonstrações financeiras****a. Base de preparação**

As demonstrações financeiras da Celcoin foram elaboradas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, as quais levam em consideração aquelas disponíveis na legislação societária brasileira, normas e instruções do Conselho Monetário Nacional – CMN e do Bacen, quando aplicáveis. A apresentação destas demonstrações financeiras está de acordo com as diretrizes previstas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC aprovados pelo Bacen, aplicáveis às instituições de pagamento, apresentados a seguir:

- CPC 00 (R1) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro
- CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 30 de junho de 2025

- CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa
- CPC 05 (R1) - Divulgação de Partes Relacionadas
- CPC 06 (R2) – Arrendamentos
- CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações
- CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro
- CPC 24 - Evento Subsequente
- CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes
- CPC 41 – Resultado por Ação
- CPC 46 – Mensuração do Valor Justo
- CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente

De acordo com a resolução BCB nº 02/2020 emitida pelo BACEN: (i) os créditos tributários e os impostos diferidos devem ser classificados no realizável a longo prazo e no passivo não circulante; (ii) a apresentação dos ativos e passivos no balanço deve ser em ordem decrescente de liquidez e exigibilidade e (iii) são requeridas a divulgação da demonstração do resultado abrangente e de análises de sensibilidade.

A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passivas e receitas e despesas no período demonstrado. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas, consideradas nos saldos de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito dos saldos a receber pela prestação de serviços a clientes, mensuração de ativos financeiros mensurados a valor justo, provisão para contingências, mensuração dos planos de pagamento baseado em ações e estimativa de realização do crédito tributário.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em reunião realizada em 22 de setembro de 2025.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras divulgadas nas

demonstrações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.2 Reapresentação das Demonstrações Financeiras:

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 30 de junho de 2025

No decorrer do exercício de 2024, a Companhia identificou a necessidade de retificar ajustes nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024. Tais retificações foram efetuadas mediante a reapresentação dos valores correspondentes.

Adicionalmente, destaca-se que os referidos ajustes impactaram as contas patrimoniais refletidas nos saldos de 30 de junho de 2025. Em decorrência disso, a Companhia procedeu à reapresentação dos saldos desse período, contemplando não apenas os efeitos das retificações anteriormente mencionadas, mas também ajustes adicionais identificados ao longo do semestre corrente, conforme explicado a seguir :

- a) A Instituição identificou a existência de saldo em conta corrente anteriormente não registrado, tendo procedido ao devido reconhecimento do respectivo montante nas demonstrações financeiras.
- b) Houve a reclassificação das Notas Comerciais de acordo com o prazo de vencimento.
- c) A Instituição identificou que determinadas perdas operacionais, decorrentes de serviços prestados servidores pix, não haviam sido devidamente reconhecidas nas demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e como consequência os impactos refletiram nos saldos patrimoniais apresentados em 30 de junho de 2025.
- d) A Instituição identificou que determinadas perdas operacionais, decorrentes de não recuperabilidade de valores a receber e foram devidamente reconhecidas nas demonstrações contábeis.
- e) Refere-se ao efeito tributários dos ajustes que impactaram o resultado.
- f) Refere-se a diferença na mensuração da despesa com pagamento baseado em ações registrada a menor no exercício, tendo sido reconhecido ajuste complementar no resultado, com contrapartida no patrimônio líquido.
- g) Refere-se a diferença na mensuração da provisão para perdas de devedores duvidosos em R\$ 100 mil.

Em razão desses ajustes, as demonstrações financeiras estão sendo reapresentadas, em conformidade com o disposto no CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Financeiras, no CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erros. A seguir seguem demonstrações anteriormente divulgadas com os respectivos ajustes:

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 30 de junho de 2025

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 30 de junho de 2025

CELCOIN INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A.
Balanco Patrimonial
Em 30 de junho de 2025
(Em milhares de Reais)

ATIVO	Nota explicativa	Anteriormente apresentado 30/06/2025	Ajuste	Reapresentado 30/06/2025	PASSIVO	Nota explicativa	Anteriormente apresentado 30/06/2025	Ajuste	Reapresentado 30/06/2025
CIRCULANTE					CIRCULANTE				
Disponibilidades	4	70.752	50 (a)	70.802	Contas de Pagamento Pré-Paga	11	666.844	-	666.844
Instrumentos financeiros		-	-	-	Outras obrigações		498.017	(974)	497.043
Títulos e Valores Mobiliários	5	362.537	(66.000) (b)	296.537	Valores a repassar	12(a)	455.615	-	455.615
Relações Interfinanceiras	6	913.029	-	913.029	Fiscais e Previdenciárias	12(b)	15.073	(974) (e)	14.099
Outros Créditos		73.988	-	52.730	Diversas	12(c)	27.329	-	27.329
Rendas a Receber	7(a)	20.947	-	20.947	Total do passivo circulante		1.164.861	-	1.163.887
Provisão para perdas esperadas associadas	7(a)	(1.225)	-	(1.225)					
Outros valores a receber	7(b)	38.263	(24.960) (c)	13.303	PASSIVO NÃO CIRCULANTE				
Diversos	7(c)	12.705	(2.696) (d)	10.009	Provisão para contingências	13	223	-	223
Créditos tributários		-	6.398 (e)	6.398	Outras obrigações		4.295	-	4.295
Outros Valores e Bens		3.298	-	3.298	Diversas	12(c)	4.295	-	4.295
Total do ativo circulante		1.420.306	(87.208)	1.333.098	Total do passivo não circulante		4.518	-	4.518
NÃO CIRCULANTE									
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO									
Outros Créditos		-	66.000	66.000					
Títulos e Valores Mobiliários		-	66.000 (b)	66.000					
PERMANENTE		127.926	-	127.926	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	14			
Investimentos	8	71.764	-	71.764	Capital social		294.465	-	294.465
Imobilizado de uso	9	3.854	-	3.854	Aumento de Capital em aprovação		39.025	-	39.025
Intangível	10	52.308	-	52.308	Ágio na Subscrição de Ações		1.000	-	1.000
					Outras Reservas de capital		60.164	465 (f)	60.629
					Prejuízos Acumulados		(15.801)	(20.699) (g)	(36.500)
					Total do patrimônio líquido		378.853	-	358.619
TOTAL DO ATIVO		1.548.232	(21.208)	1.527.024	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.548.232	(21.208)	1.527.024

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 30 de junho de 2025

CELCOIN INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A.
Demonstração do Resultado
Semestre findo em 30 de junho de 2025
(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Anteriormente apresentado	Ajuste	(Reapresentado) 1º semestre de 2025
Receitas de intermediação financeira		63.281	-	63.281
Resultado de operações - Relações interfinanceiras	15	50.305	-	50.305
Resultado de operações - Títulos e valores mobiliários	15	12.976	-	12.976
Despesas de intermediação financeira		(11.259)	-	(11.259)
Despesas de captação	15/18	(11.259)	-	(11.259)
Resultado de intermediação financeira		52.022	-	52.022
Perdas esperadas de ativos financeiros		(298)	-	(398)
Perda esperada com demais ativos financeiros	7	(298)	(100)	(398)
Resultado bruto da intermediação financeira líquido de perdas esperadas de ativos financeiros		51.724	-	51.624
Receitas/ (despesas) operacionais		(41.646)	-	(43.921)
Receitas com prestação de serviços	16	83.303	-	83.303
Despesas gerais e administrativas	17	(51.291)	-	(51.291)
Despesa de captação	18	(26.825)	-	(26.825)
Despesas de pessoal	19	(41.724)	-	(41.724)
Despesas tributárias	20	(11.876)	-	(11.876)
Resultado de avaliação de investimento por equivalência patrimonial	8	7.873	-	7.873
Outras Receitas/ (Despesas) operacionais	21	(1.106)	(2.275)	(3.381)
Resultado operacional		10.078	(2.275)	7.703
Lucro/ (Prejuízo) antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		10.078	-	7.703
Imposto de renda corrente		(1.768)	712	(1.056)
Contribuição social corrente		(659)	262	(397)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	-	-
Lucro/ (Prejuízo) do semestre		7.651	(1.401)	6.250

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 30 de junho de 2025

	<u>1º semestre de 2025</u>
Lucro/ (Prejuízo) do semestre anteriormente apresentado	<u>7.651</u>
Ajuste	<u>(1.401)</u>
Resultado abrangente do semestre reapresentado	<u><u>6.250</u></u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 30 de junho de 2025

	Outras Reservas de capital					
	Capital social	Aumento de Capital	Ágio	Bônus de Subscrição	Reserva de Pagamentos Baseados em Instrumentos de Capital	Prejuízos acumulados
Saldos em 31 de dezembro de 2023	75.278	9.847	1.000	-	11.174	(32.923)
Lucro / (Prejuízo) do Período						(4.106)
Capital Subscrito integralizado	9.848	-	-	-	-	-
Aumento de Capital em Aprovação	-	238.518	-	-	-	-
Capital a Integralizar	-	(32.657)	-	-	-	-
Reserva de Pagamentos Baseados em Instrumentos de Capital	-	-	-	-	13.641	-
Bônus de subscrição	-	-	-	25.000	-	-
Saldos em 30 de junho de 2024	85.126	215.708	1.000	25.000	24.815	(37.029)
Mutações do período	9.848	205.861	-	25.000	13.641	(4.106)
Saldos em 31 de dezembro de 2024 (reapresentado)	85.126	248.364	1.000	25.000	31.772	(42.405)
Ajuste inicial na adoção da resolução BCB 178/22						(345)
Saldos em 01 de janeiro de 2025	85.126	248.364	1.000	25.000	31.772	(42.750)
Lucro / (Prejuízo) do Período	-	-	-	-	-	7.651
Capital Subscrito integralizado						-
Aumento de Capital em Aprovação	209.339	(209.339)	-	-	-	-
Reserva de Pagamentos Baseados em Instrumentos de Capital					3.857	-
Saldos em 30 de junho de 2025 anteriormente apresentado	294.465	39.025	1.000	25.000	35.629	(35.099)
Ajuste						(1.401)
Saldos em 30 de junho de 2025 reapresentado	294.465	39.025	1.000	25.000	35.629	(36.500)

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 30 de junho de 2025

	Anteriormente apresentado		Saldo Reapresentado
	1º semestre de 2025	Ajustes	1º semestre de 2025
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro do semestre	7.651	(1.401)	6.250
Ajustes ao lucro:			
Depreciação e amortização	10.002		10.002
Atualização de Investimento MEP	(7.873)		- 7.873
Reserva de Pagamentos Baseados em Instrumentos de Capital	3.857		3.857
(-)Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	299	100	399
Lucro/(Prejuízo) ajustado	13.936	(1.301)	12.635
Variações nos ativos e passivos:			
(Aumento)/Redução em Títulos e Valores Mobiliários	(261.309)		(261.309)
(Aumento)/ Redução em Relações Interfinanceiras	(122.454)		(122.454)
(Aumento)/ Redução de Outros Créditos	5.543	2.225	7.768
Aumento/(Redução) de Outros Valores e Bens	(1.020)		(1.020)
(Aumento)/ Redução de Créditos Tributários	601	(974)	(373)
(Aumento)/ Redução de Contas de Pagamento Pré-Paga	94.480		94.480
Aumento/(Redução) de Outras Obrigações Fiscais	(1.449)		(1.449)
(Aumento)/ Redução de Outras Obrigações Diversas	296.534		296.534
Imposto de renda e contribuição social pagos	(698)		(698)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	24.164	(50)	24.114
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aumento de capital nas investidas	(16.240)		(16.240)
Dividendos recebidos	246		246
Aquisições de bens do ativo imobilizado	(3.415)		(3.415)
Aquisições líquidas de bens do intangível	(9.342)		(9.342)
Pagamento de parcelas de aquisição de investimento	(25.527)		(25.527)
Caixa líquido gerado/(aplicado) nas atividades de investimento	(54.278)	-	(54.278)
Aumento / (Redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	(30.114)	(50)	(30.164)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	280.091	50	280.141
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	249.977		249.977
Aumento / (Redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	(30.114)	(50)	(30.164)

2.3 Adoção de novas normas

Transição para a Resolução BCB 352/23

Em novembro de 2021, o Conselho Monetário Nacional publicou a Resolução nº4.966/21, que estabelece novos conceitos e critérios contábeis para instrumentos financeiros e contabilidade de hedge, iniciando processo de convergência de normas contábeis internacionais também para tais instrumentos, além de instruções para a referida norma, que entrou em vigor a partir de 1 de janeiro de 2025.

Em novembro de 2023, o Banco Central do Brasil emitiu a Resolução BCB 352, de modo a adequar a Resolução CMN 4.966 para instituições com menor complexidade, como Instituições de Pagamento, por exemplo.

As seguintes normas e interpretações são aplicáveis à Celcoin:

- Resolução BCB 352/23: introdução de mudanças significativas nas normas contábeis para instrumentos financeiros, alinhando-se aos conceitos da norma internacional IFRS 9 (CPC 48). Como principal impacto da resolução presente na respectiva demonstração financeira, destaca-se:
 - o Ativos financeiros passam a ser mensurados e classificados com base no modelo de negócio da Companhia e em suas características contratuais de fluxos de caixa (também denominado teste de “SPPJ”);
 - o A adoção do modelo de perda esperada simplificada para o reconhecimento das Perdas Esperadas associadas ao risco de crédito, utilizando-se os critérios definidos na Resolução BCB 352/23. Essa abordagem antecipa a identificação do risco de perda antes da ocorrência de inadimplência;
 - o Mudança no critério de baixa de ativos financeiros para prejuízo, que passam a ser baixados a partir do momento em que a Companhia não tem mais expectativa de recuperação; e
 - o Instruções Normativas BCB nº 493 a 543 de 2024:
Os eventos dos roteiros contábeis foram adaptados de forma a registrar os ativos e passivos financeiros de acordo com as novas contas COSIF divulgadas por tais instruções.

Resolução BCB 178/22

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 30 de junho de 2025

Em 1º de janeiro de 2025, conforme Resolução BCB nº 178/22, a Celcoin adotou a nova prática contábil que dispõe sobre critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamentos contratadas, na condição de arrendatária, pelas administradoras de consórcio e pelas instituições de pagamento. A adoção da resolução foi aplicada de maneira prospectiva e resultou no impacto de R\$ 345 registrado no Patrimônio Líquido.

3. Resumo das principais políticas contábeis adotadas

As principais práticas contábeis que foram adotadas na elaboração das referidas demonstrações financeiras estão descritas a seguir:

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

São mantidos em disponibilidades os caixas e os equivalentes de caixa mantidos com o objetivo de atender às necessidades de caixa de curto prazo, não para investimento ou qualquer outro fim.

A Celcoin classifica como equivalentes de caixa aplicações financeiras relacionadas a recursos próprios que podem ser imediatamente convertidas em caixa, e estão sujeitas a risco insignificante de mudança em seu valor, e que tenham prazo de vencimento originais de até 90 dias.

3.2. Instrumentos financeiros

I. Classificação dos instrumentos financeiros

Os ativos financeiros da Companhia são classificados nas seguintes categorias:

- **Custo Amortizado (“CA”)**: o ativo é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros com o fim de receber os respectivos fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros;
- **Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (“VJORA”)**: o ativo financeiro é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro com transferência substancial de riscos e benefícios, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros, quanto para a venda; e
- **Valor Justo por meio do Resultado (“VJR”)**: o ativo financeiro é gerido para transacionar de forma ativa e frequente o Ativo Financeiro (compra e venda no curto prazo). Além disso, são classificados nessa categoria Ativos Financeiros mantidos em outros modelos de negócio, mas que os fluxos de caixa contratuais são compostos por outros elementos que não principal e juros, por falhar no teste de SPPJ.

A classificação na categoria de CA e/ou VJORA depende da avaliação do modelo de negócios para cada ativo financeiro, bem como das características dos seus fluxos de caixa contratuais (Somente Pagamento de Principal e Juros – “Teste SPPJ”).

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 30 de junho de 2025

Para determinar o modelo de negócios, a Instituição avalia a estratégia de obtenção de resultados financeiros, ou seja, pelo: (i) recebimento de fluxos de caixa de principal e juros; (ii) pela venda, ou por (iii) ambos. Para isso, leva em consideração, entre outros, as seguintes evidências:

- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócio;
- como os gestores do negócio são remunerados;
- e como o desempenho do modelo de negócios é avaliado e reportado à Administração.

A avaliação das características dos fluxos de caixa é feita por meio de aplicação do teste SPPJ a fim de avaliar se os fluxos de caixa contratuais constituem apenas pagamento de principal e juros. Para atender esse conceito os fluxos de caixa devem incluir contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e risco de crédito. Se esse conceito não for atendido, o ativo financeiro é classificado ao “Valor Justo por meio do Resultado”.

A Companhia não faz uso da opção irrevogável, aplicável a ativos financeiros, de mensuração ao valor justo no reconhecimento inicial.

II. Mensuração dos instrumentos financeiros

A mensuração dos ativos e passivos financeiros dependem da categoria de mensuração onde foram classificados, a saber:

- **Custo amortizado:** os ativos e passivos financeiros nesta categoria são inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo, acrescidos dos custos de transação. Subsequentemente são mensurados ao custo amortizado, acrescidos das atualizações efetuadas utilizando a taxa efetiva de juros. Os ganhos dos ativos financeiros desta categoria são reconhecidos na rubrica “Receitas da intermediação financeira”, enquanto as despesas de juros dos passivos financeiros são reconhecidas na rubrica “Despesas da intermediação financeira”, ao longo do prazo do respectivo contrato.
- **Ao valor justo em outros resultados abrangentes:** os ativos financeiros nesta categoria são inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo, acrescidos dos custos de transação. Subsequentemente são mensurados pelo valor justo, sendo os ganhos ou perdas provenientes de alterações no valor justo reconhecidos diretamente em rubrica específica do patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários, intitulada “Ajuste de avaliação patrimonial”, até que o ativo financeiro seja baixado. Quando da realização de baixa do ativo, os ganhos ou perdas acumulados na rubrica específica do patrimônio líquido são transferidos para o resultado do período. Os juros de ativos financeiros classificados nesta categoria são reconhecidos no resultado do exercício na rubrica “Receitas da intermediação financeira”. Os juros desses ativos financeiros são calculados com base na aplicação do método da taxa efetiva de juros.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 30 de junho de 2025

- **Ao valor justo no resultado:** os ativos financeiros nesta categoria são inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo, sendo os respectivos custos de transação reconhecidos como despesa. Subsequentemente são mensurados pelo valor justo, sendo os ganhos ou perdas provenientes de alterações no valor justo reconhecidos diretamente no resultado.

Valor justo e Hierarquia do valor justo

Os ativos financeiros correspondentes ao modelo de negócio cujo objetivo é gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro, foram classificados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes de acordo com o método de avaliação.

O Pronunciamento Técnico CPC 46 – Mensuração do Valor Justo aprovado pela BCB nº 120/2021 define que o valor justo deve ser determinado considerando as seguintes hierarquias:

- **Nível 1:** O valor justo dos ativos financeiros é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço.
- **Nível 2:** O valor justo dos ativos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Se todas as premissas relevantes utilizadas para determinar o valor justo desse ativo puderem ser observadas no mercado, esse estará incluído no nível 2.
- **Nível 3:** Se uma ou mais informações relevantes não estiver baseada em dados adotados pelo mercado, o ativo estará incluído no nível 3.

Atualmente, a Companhia opera somente com instrumentos financeiros de Níveis 1 e 2.

Em 30 de junho de 2025 a Companhia não possuía instrumentos financeiros derivativos contratados.

III. Reclassificação dos instrumentos financeiros

Não houve reclassificação dos instrumentos financeiros da Celcoin nos períodos apresentados.

IV. Baixa dos instrumentos financeiros

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos contratuais de recebimento dos fluxos de caixa provenientes destes ativos cessam ou se houver uma transferência substancial dos riscos e benefícios de propriedade do instrumento e tal transferência se qualifica para baixa.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 30 de junho de 2025

Passivos financeiros são baixados se a obrigação for extinta contratualmente ou liquidada.

3.2.2 Método de Taxa Efetiva de Juros

A taxa efetiva de juros é a taxa que equaliza o valor presente de todos os recebimentos e pagamentos ao longo do prazo contratual do ativo ou do passivo financeiro ao seu valor contábil bruto.

A taxa efetiva de juros é estabelecida quando do reconhecimento inicial do ativo ou passivo financeiro. O cálculo da taxa efetiva de juros inclui os custos de transação identificados como elegíveis (Ex: tarifas atreladas a originação das operações de crédito) pela Instituição.

Entende-se como custos da transação elegíveis os custos incrementais diretamente atribuíveis à aquisição, emissão ou alienação de um ativo ou passivo financeiro.

3.2.3 Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A Companhia realiza a constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, para os seguintes ativos financeiros, inadimplidos a partir de 15 dias:

- Outros ativos financeiros

A Companhia integra o segmento prudencial “S4”, dessa forma, para fins de apuração de perdas esperadas adotou a metodologia simplificada.

3.2.4 Ativos Financeiros com problema de recuperação de crédito

A Instituição considera como ativo com problema de recuperação de crédito, os ativos financeiros que apresentem os seguintes indicativos:

- Atraso superior a 90 (noventa) dias no pagamento de principal e encargos; ou
- Constatação de que a contraparte não tem mais capacidade financeira de honrar a obrigação nas condições pactuadas, que poderá incluir:
 - Medidas Judiciais;
 - Óbitos;
 - Falência decretada, recuperação judicial ou extrajudicial ou atos similares pedidos em relação à contraparte;

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 30 de junho de 2025

- Operações de fiança honrada;

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 30 de junho de 2025

- Para os títulos e valores mobiliários, quando houver dúvida razoável quanto ao recebimento pontual do principal e juros, independentemente do número de dias vencidos, incluindo critérios de: (a) mudanças nas políticas monetárias que afetam os TVM de forma a reduzir preço ou liquidez; ou (b) alterações na liquidez do ativo financeiro por piora na qualidade creditícia da contraparte;
- Reestruturação: É considerado como reestruturação, uma renegociação que implique a concessão de vantagens à contraparte em decorrência da deterioração da sua qualidade creditícia ou da qualidade creditícia do interveniente ou do instrumento mitigador.

Quando um instrumento financeiro é caracterizado como ativo com problema de recuperação de crédito, todos os instrumentos financeiros da mesma contraparte, são arrastados (na data-base do balancete relativo ao mês em que ocorreu a caracterização) para a condição de ativo problemático.

A partir do momento da caracterização, as receitas ainda não recebidas são suspensas, sendo apropriadas no resultado quando do seu efetivo recebimento.

Os ativos financeiros são baixados para prejuízo pela Instituição, a partir do momento em que não há mais expectativa de recuperação.

A Instituição deixa de caracterizar a operação como ativo problemático somente no caso de melhora significativa na capacidade financeira da contraparte em honrar suas obrigações nas condições pactuadas, também denominado como “cura”.

Para fins de critérios de “cura”, a Instituição considera as seguintes premissas:

- Ausência de parcelas vencidas, incluindo encargos;
- Após inexistência de parcelas vencidas, pagamento tempestivo (em dia) de principal e encargos por um período suficiente para indicar melhora financeira significativa da contraparte (estudos estatísticos consideram, 3 meses de pagamento tempestivo para operações no geral e 6 meses de pagamentos tempestivos para operações reestruturadas);
- Evidência de que a obrigação será integralmente honrada nas condições originais ou modificadas, sem necessidade de garantias adicionais;
- Inexistência de outros critérios que indiquem um risco de não cumprimento da obrigação, enquadram a operação como Ativo Problemático.

3.2.5 Apuração de Receitas e Despesas

As receitas e despesas são reconhecidas no resultado com base no regime de competência de exercícios, utilizando-se o método de juros efetivos, incluindo

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 30 de junho de 2025

os rendimentos, encargos, variações monetárias ou cambiais a índices oficiais, incidentes sobre os ativos e passivos circulantes e a longo prazo.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 30 de junho de 2025

Inclui também os efeitos dos ajustes dos ativos ao valor justo ou de realização. As rendas não recebidas dos ativos caracterizados como ativo financeiro com problema de recuperação de crédito (ativo problemático) são reconhecidas mediante ao recebimento.

3.2.6 Reconciliação dos saldos patrimoniais comparativos em 1º de janeiro de 2025

A Instituição adotou a disposição transitória prevista no artigo 102 da Resolução BCB nº 352/23 de não reapresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo perdas de crédito esperadas).

Não houve ajustes decorrentes da aplicação dos critérios contábeis estabelecidos pela Resolução BCB 352/23 a serem registrados em contrapartida à conta de sobras ou perdas acumuladas.

3.3. Relações Interfinanceiras

O saldo da rubrica relações interfinanceiras é composto por Créditos vinculados – Banco Central - Depósitos de Moeda Eletrônica e Conta de Pagamento Instantâneo. Tais operações são exclusivas para custodiar recursos de terceiros e possibilitar transações de pagamento instantâneo.

3.4. Outros Créditos

O saldo de Outros créditos é composto por valores a receber de clientes e partes relacionadas e são ativos financeiros, com pagamentos determináveis e que não sofrem qualquer variação por cotação de mercado. São classificados como ativo circulante no caso de prazo para recebimento inferior a 360 dias, e não circulante caso o prazo estimado de recebimento seja superior a 360 dias.

Os saldos de contas a receber da Celcoin não são ajustados a valor presente, considerando que possuem vencimento de curto prazo e por não resultarem em efeito relevante nas demonstrações financeiras.

Quando aplicável, esses valores são reduzidos por estimativas de provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, a qual é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não é capaz de receber todos os valores devidos, de acordo com os prazos originais das contas a receber, quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso. Quando constituída, é registrada pela diferença entre o valor contábil e o valor recuperável, em montante considerado suficiente para fazer face às

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 30 de junho de 2025

eventuais perdas.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 30 de junho de 2025

A estimativa com provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é reconhecida quando as evidências mostram não haver possibilidade de recuperar os saldos do valor original das contas a receber.

As operações de valores a receber relativos a transações de pagamentos são classificadas quanto ao nível de risco, de acordo com critérios que levam em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, aos devedores, os quais requerem a análise periódica da carteira.

3.4 Investimentos

Os investimentos em sociedades controladas são inicialmente reconhecidos pelo seu valor de aquisição, e posteriormente avaliados pelo método de equivalência patrimonial e os resultados apurados são reconhecidos em resultado de participações em controladas.

Os ágios gerados relativos à aquisição de controladas serão amortizados pelo período de 5 a 10 anos, período que se espera ter os benefícios econômicos futuros.

3.5. Imobilizado

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e pode incluir os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios econômicos futuros associados a esses gastos serão auferidos pela Companhia, caso estes possam ser mensurados com segurança.

Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício social. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, conforme apresentado a seguir:

- Equipamentos de informática - 60 meses;
- Instalações – 120 meses;
- Benfeitorias – 60 meses;
- Móveis e utensílios - 120 meses.

O valor contábil de um ativo é reduzido ao seu valor recuperável caso o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado.

3.6. Intangível

O ativo intangível é registrado pelo seu custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada, ou por perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável.

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício social. A amortização dos ativos intangíveis é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada.

O valor contábil de um ativo é reduzido ao seu valor recuperável caso o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado.

3.7. Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados ao fim de cada período de reporte, com objetivo de identificar evidências de desvalorização em seu valor contábil. Se houver alguma indicação, a Celcoin deve estimar o valor recuperável do ativo, e tal perda deve ser reconhecida na demonstração do resultado. O valor recuperável de um ativo é definido como o maior montante entre o seu valor justo e o seu valor em uso.

3.8. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias até a data do balanço patrimonial, cuja contrapartida é lançada ao resultado do exercício. Quando aplicável, os passivos circulantes e não circulantes são registrados ao valor presente com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

3.9. Contas de Pagamento Pré-Paga

Referem-se a saldos devidos aos clientes que utilizam a plataforma da Celcoin e também, disponíveis para retirada.

3.10. Provisões, ativos e passivos contingentes

As provisões são reconhecidas quando a Celcoin tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

Ativos contingentes e passivos contingentes são direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando a Administração entende que a realização é praticamente certa, e geralmente corresponde a ações com decisões favoráveis em julgamento final e inapelável. Os passivos contingentes são avaliados e classificados levando em consideração o risco de cada passivo. Quando o risco é considerado possível, os passivos são apenas divulgados na demonstração financeira dada a incerteza da Companhia ter a obrigação que resulte em saída de recursos. Quando o risco é considerado provável, são reconhecidos como passível nas demonstrações financeiras em virtude de serem obrigações presentes. Os passivos contingentes decorrem principalmente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros, ex-funcionários e órgãos públicos em ações cíveis, trabalhistas e de natureza tributária.

Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração o parecer de assessores legais quando houver a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com razoável segurança, e são reavaliadas em cada data de balanço para refletir a melhor estimativa corrente e podem ser totais ou parcialmente revertidas ou reduzidas quando deixam de ser prováveis as saídas de recursos e obrigações pertinentes ao processo, incluindo a decadência dos prazos legais, o trânsito em julgado dos processos, dentre outros.

3.11. Imposto de Renda e Contribuição Social correntes e diferidos

As provisões para o Imposto de Renda e a Contribuição Social são constituídas à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o excedente à R\$240, para o Imposto de Renda, e 9% para a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, ajustado conforme legislação fiscal.

Os Créditos tributários, quando aplicável, são constituídos com base nas alíquotas vigentes na data do balanço e nas disposições constantes na

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 30 de junho de 2025

legislação tributária brasileira. Somente são reconhecidos quando é provável que lucros tributáveis futuros estarão à disposição para sua compensação.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 30 de junho de 2025

Para registrar e manter contabilmente os créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal de imposto de renda e base negativa da contribuição social sobre o lucro líquido, bem como aqueles decorrentes de diferenças temporárias, deve-se seguir a Resolução BCB nº 15, de 17 de setembro de 2020, do Banco Central do Brasil.

3.12. Reconhecimento das receitas e despesas

A receita operacional líquida é calculada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida dos impostos incidentes sobre os serviços e de quaisquer valores referentes a devoluções, cancelamentos e abatimentos, descontos comerciais e/ou bonificações concedidas e outras deduções similares. O reconhecimento da receita é realizado mediante atendimento às 5 etapas:

- i. identificação do contrato com cliente
- ii. identificação das obrigações de desempenho no contrato
- iii. determinação do preço das transações
- iv. alocação do preço da transação às obrigações de desempenho
- v. reconhecimento da receita quando cumpridas as obrigações de desempenho

As principais fontes de receita da companhia são produtos de pagamentos nas seguintes modalidades substancialmente: pagamento de contas, pix, recarga, conteúdo digital, transferência bancária, além de soluções modulares de Banking as a Service (BaaS).

Assim, a Administração adota o regime de competência para o registro das receitas e despesas. As receitas de outros serviços prestados para parceiros comerciais e clientes são reconhecidas no resultado quando da prestação de serviços.

3.13. Resultado da intermediação financeira

O resultado da intermediação financeira refere-se a receitas e despesas financeiras decorrentes da operação, sendo compostas fundamentalmente por rendimentos apurados sobre as aplicações financeiras, reconhecidas quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança e os benefícios econômicos delas decorrentes fluirão para a Companhia.

As receitas financeiras são reconhecidas no resultado conforme o regime de competência.

As despesas financeiras referem-se substancialmente ao pagamento de rebate aos parceiros e despesas de juros, conforme o regime de competência.

3.14. Capital Social

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 30 de junho de 2025

Em 30 de junho de 2025 as ações estão classificadas no patrimônio líquido.

3.15. Pagamento baseado em ações

A Celcoin oferece plano de pagamento baseado em ações para membros da diretoria e alguns profissionais com função estratégica, mensurado a valor justo dos instrumentos patrimoniais concedidos na data de cada outorga, tendo em conta as condições de mercado para cada plano, quando estima o valor justo, sendo que a liquidação será efetuada com entrega de ações.

As despesas são reconhecidas em contrapartida das reservas de capital no período de vigência, baseando-se na melhor avaliação da estimativa para a quantidade de instrumentos de patrimônio que se espera conceder.

3.16. Resultado recorrente e não recorrente

A Resolução BCB nº 2, de 27 de novembro de 2020, em seu artigo 34º, determinou a divulgação de forma segregada dos resultados recorrentes e não recorrentes. Define-se então como resultado não recorrente do exercício aquele que: I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da Companhia; e II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

Não houve resultados não recorrentes nos períodos findos em 30 de junho de 2025.

4. Caixa e equivalentes de caixa

O saldo de caixa e equivalentes de caixa, com liquidez de até 90 dias, estão descritos a seguir:

	<u>30 de junho de 2025</u>
Disponibilidades (a)	70.752
Títulos e Valores Mobiliários (b)	442
Relações Interfinanceiras	<u>178.783</u>
	249.977

- (a) Os saldos de Disponibilidades são representados, principalmente, por depósitos bancários em contas correntes mantidos em instituições financeiras nacionais de primeira linha.
- (b) Os títulos e valores mobiliários classificados como equivalentes de caixa são fundamentalmente aplicações em Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) emitidos por bancos de primeira linha, com taxa de remuneração média de 100% do CDI e sem carência para resgate.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 30 de junho de 2025

5. Títulos e valores mobiliários

(a) Ativo Financeiro ao custo amortizado ("CA")

Instrumentos de dívida	30/06/2025	
	Valor Bruto	Contábil
Títulos Privados		66.000
Notas Comerciais (a)		66.000
Títulos Públicos		2.323
Letras Financeiras do Tesouro - LFT (b)		2.473
		68.323

(b) Ativo Financeiro a valor justo

	Valor Bruto	
	Contábil	
Títulos Privados		294.214
Certificados de depósitos bancários – CDB (c)		294.064

Ativo circulante 296.537
Ativo não circulante 66.000

- (a) Notas comerciais entre partes relacionadas, com vencimento em maio de 2026 e em 2027.
- (b) Letras Financeiras do Tesouro (LFTs) com vencimento em maio de 2026 e remuneração próxima a 100% do CDI.
- (c) Certificados de depósito bancário (CDBs) emitidos por bancos de primeira linha, com taxa de remuneração média de 100% do CDI e sem carência para resgate.

Em 30 de junho de 2025 não há despesa com provisão para perda esperada apurada sobre os ativos financeiros ao custo amortizado.

6. Relações Interfinanceiras

O saldo da rubrica relações interfinanceiras é composto por Créditos vinculados – Banco Central - Depósitos de Moeda Eletrônica e Conta de Pagamento Instantâneo no montante de R\$ 913.029. Tais operações são exclusivas para custodiar recursos de terceiros e possibilitar transações de pagamento instantâneo.

A Companhia mantém o saldo aplicado em Conta Correspondente a Moeda Eletrônica (CCME) no Banco Central do Brasil e Conta Pagamentos Instantâneos (Conta PI) lastreadas pelo montante exigido, com base nos saldos de moeda eletrônica mantidos em contas de pagamento pré-pagas. Em 30 de junho de 2025, o valor justo dos em Conta Correspondente a Moeda Eletrônica (CCME) no Banco Central do Brasil registrados no balanço

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 30 de junho de 2025

patrimonial, são iguais ao valor de curva, por serem representados por itens de curto prazo e por estarem indexados às taxas de mercado.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 30 de junho de 2025

7. Outros Créditos

a) Rendas a Receber

	30 de junho de 2025
Serviços prestados a receber (i)	14.794
Outros valores a receber (ii)	3.932
Dividendos a Receber	2.221
	20.947
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(1.225)
Rendas a receber, líquido do efeito da provisão	19.722

(i) A composição da conta de recebíveis de clientes baseia-se no saldo junto a clientes para os quais a Celcoin presta serviços de tecnologia, bem como comissões a receber de provedores de serviços de liquidação de contas, venda de crédito digital, mensalidades, dentre outros.

(ii) Refere-se a valores a receber por repasses de parceiros.

Os valores a receber em 30 de junho de 2025, por vencimento, estão assim distribuídos, com respectiva perda estimada de acordo com as práticas de provisionamento estabelecida pela Companhia, que determina um percentual de provisionamento considerando atraso e características individuais de cada operação:

Aging List	Saldo a receber	Valor provisionado
30 de junho de 2025		
Vincendos	17.554	-
Vencidos entre 0 e 90 dias	810	(16)
Vencidos entre 91 e 180 dias	1.543	(396)
Vencidos entre 181 e 360 dias	756	(529)
Vencidos acima de 360 dias	284	(284)
	20.947	(1.225)

O montante de provisão para perda esperada associada ao risco de crédito para demais ativos financeiros no primeiro semestre de 2025 foi R\$ (298).

b) Outros valores a receber

O saldo de R\$ 13.303 contempla valores antecipados a provedores de serviços, saldos de valores a processar junto a liquidantes e clientes e bonificações a receber.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 30 de junho de 2025

c) Diversos

	30 de junho de 2025
Adiantamentos e antecipações (i)	6.995
Impostos e contribuições a compensar (ii)	2.569
Depósitos judiciais (iii)	173
Outros valores a receber	272
	10.009

(i) Refere-se fundamentalmente a adiantamentos concedidos a fornecedores, pessoal e ao saldo de caução junto às empresas de aluguel das salas de escritório

(ii) Impostos e contribuições a compensar

	30 de junho de 2025
IRRF Retido	2.161
COFINS Retido	158
ICMS a recuperar	117
PIS Retido	32
CSLL Retida	52
Outros	49
	2.569

(iii) Refere-se aos depósitos judiciais relacionados a causas cíveis e tributárias (valores recolhidos em instituições financeiras oficiais em cumprimento de determinação judicial) (Nota 13-a).

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 30 de junho de 2025

8. Investimentos

a) Composição dos investimentos em coligadas e controladas

Entidades controladas/coligadas	PL ajustado	Lucro	% participação	Valor dos investimentos		Resultado de equivalência	
				30/06/2025	31/12/2024	30/06/2025	31/12/2024
Galax Pay Instituição de Pagamento S.A.	17.503	4.703	100	17.503	12.800	4.703	5.017
Finansystech Desenvolvimento de Sistemas S.A.	2.833	2.184	100	2.833	(673)	2.184	(5.106)
Pronto Paguei	4.397		10	5.000	195	24	(25)
Regulatório +	656	778	100	656	124	778	123
Via Capital Sociedade de Crédito Direto S.A.	12.174	494	50	11.095	832	248	142
Celcoin Securitizadora S.A (*)	(207)	(64)	100	(207)	(5.046)	(64)	(3.362)
				36.880	8.232	7.873	(3.211)
Ágio gerado na aquisição de investimentos				43.803	75.359		
Realocações no ano				(5.488)	(24.963)		
Amortização de ágio				(3.638)	(6.593)		
				71.557	52.035		
Valor recalssificado para o passivo				(207)	(5.046)		

(*) Investimento classificado no passivo, na conta Provisão para passivo a descoberto, apresentada na nota 12.b.

Aquisição Regulatório Mais Ltda.

Em 03 de maio de 2024, a Celcoin adquiriu a empresa Regulatório Mais, realizando a aquisição de 100% das quotas. A Regulatório é instituição não regulada que oferece soluções de software de geração de reportes regulatórios ligados ao setor de pagamentos e ao sistema financeiro. O preço da transação foi de R\$ 6.782, composto substancialmente por parcelas variáveis a liquidadas a partir do ano de 2025, até o ano de 2027, devendo este saldo ser liquidado em moeda corrente nacional em condições determinadas em contrato de aquisição. Foi gerado ágio na transação no montante de R\$ 6.781. O valor do passivo assumido da parcela a ser liquidada futuramente foi registrado na conta Obrigação por aquisição de investimentos apresentado na nota 12.b.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 30 de junho de 2025

Apresentamos a seguir o valor justo dos ativos e passivos identificáveis da Regulatório Mais, na data do laudo PPA, realizado pela empresa Baker Tilly Brasil, para os quais a alocação foi efetuada no primeiro semestre de 2025, conforme apresentado a seguir:

Preço inicial	5.997
Ajuste de preço	785
(-) Patrimônio Líquido	1
Preço excedente	6.781
Tecnologia	707
Ágio	6.074

Aquisição Via Capital Sociedade de Crédito Direto S.A.

Em 23 de julho de 2024, a Celcoin adquiriu a empresa Via Capital, realizando a aquisição de 49,99% das quotas. A Via Capital é uma sociedade por ações de capital fechado que tem como objeto social a prática de operações ativas e acessórias, inerentes à carteira de crédito e financiamento. O preço da transação foi de R\$ 6.597, integralmente pago no segundo semestre de 2024. Foi gerado ágio na transação no montante de R\$ 5.907.

Apresentamos a seguir a composição inicial do preço. O PPA será concluído dentro do prazo regulamentar de 13 meses após a data da aquisição.

Preço	6.597
(-) Patrimônio Líquido	1.379
Preço excedente	5.218
Ágio	5.218

b) Informações resumidas das empresas controladas:

Entidades controladas	Total de ativos		Patrimônio Líquido		Capital	
	30/06/2025	31/12/2024	30/06/2025	31/12/2024	30/06/2025	31/12/2024
Galax Pay Instituição de Pagamento Ltda	95.909	114.994	17.503	12.800	6.400	6.400
Celcoin Securitizadora S.A (*)	110	15	(207)	(5.046)	5.768	865
Finansystech Desenvolvimento de Sistemas Ltda	7.903	9.948	2.833	(673)	16.682	8.536
Regulatório +	1.079	166	656	120	1	1
Via Capital Sociedade de Crédito Direto S.A.	20.870	7.490	12.174	1.664	11.515	1.500
Pronto Paguei	5.000	4.976	5.000	4.976	4.976	4.976

(*) Anteriormente denominada Flow Finance Tecnologia e Serviços Ltda.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 30 de junho de 2025

c) Movimentação dos investimentos:

Entidades controladas	Saldo final em 31/12/2024	Aporte de Capital	Distribuição de dividendos	Resultado equivalência patrimonial	Amortização do Ágio	Alocação PPA	Saldo final em 30/06/2025
Galax Pay Inst. de Pag. Ltda	12.800	-		4.703	-	-	17.503
Finansystech Des. de Sist. Ltda	(673)	1.322		2.184	-	-	2.833
Pronto Paguei	4.976	-		24	-	-	5.000
Regulatório +	124	-	(246)	778	-	-	656
Via Capital SCD S.A.	832	10.015		248			11.095
Ágio por expectativa de rentabilidade futura	39.022			-	(3.638)	(707)	34.677
Celcoin Securitizadora S.A.	(5.046)	4.903		(64)	-	-	(207)
Total	52.035	16.240	(246)	7.873	(3.638)	(707)	71.557
Investimentos	57.754						71.764
Saldo reclassificado para o passivo	(5.719)						(207)

9. Imobilizado

	30 de junho de 2025		
	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido
Móveis e Utensílios	619	(191)	428
Máquinas, equipamentos e ferramentas	2.350	(1.066)	1.284
Benfeitorias em imóveis de Terceiros	1.754	(875)	879
Ativo de direito de uso	3.085	(1.822)	1.263
	7.808	(3.954)	3.854

Movimentação do imobilizado:

	31/12/2024	Adições	Adoção IFRS 16	Depreciação	30/06/2025
Móveis e Utensílios	457	1	-	(30)	428
Máquinas, equipamentos e ferramentas	1.151	321	-	(188)	1.284
Benfeitoria em andamento	1.061	8	-	(190)	879
Ativo de direito de uso	-	-	1.610	(347)	1.263
	2.699	330	1.610	(755)	3.854

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 30 de junho de 2025

10. Intangível

30 de junho de 2025			
	Custo	Amortização Acumulada	Líquido
Desenvolvimento e inovação – tecnologia	44.393	(10.468)	33.925
Marcas	9.625	(905)	8.720
Direitos Relativos à Carteira de Clientes	7.552	(924)	6.628
Sistemas	779	(381)	398
Licenças de Uso	63	(36)	27
Outros	2.760	(150)	2.610
	65.172	(12.864)	52.308

Movimentação do intangível:

	31/12/2024	Adições	Transferências	Amortização	30/06/2025
Desenvolvimento e inovação – tecnologia	28.042	8.485	707	(3.309)	33.925
Marcas e patentes	9.011	-	-	(291)	8.720
Direitos relativos à carteira de clientes	6.975	-	-	(347)	6.628
Sistemas	457	-	-	(59)	398
Licenças de uso	34	-	-	(7)	27
Outros	1.874	857	-	(121)	2.610
	46.393	9.342	707	(4.134)	52.308

11. Conta de pagamento pré-paga

30 de junho de 2025	
Conta de Pagamento Pré-Paga	666.844
	666.844

Referem-se a saldos em moeda eletrônica mantidos em contas de pagamento pré-pagas, que se constituem patrimônio separado e que não se confunde com o patrimônio da Companhia. Tais recursos são aplicados em sua totalidade, conforme regras estabelecidas pelo artigo 22 da Resolução BCB 80/2021 e atualizações posteriores.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 30 de junho de 2025

12. Outras obrigações

a) Valores a repassar

O saldo de R\$ 455.615 refere-se aos repasses a efetuar aos parceiros prestadores de serviços e câmaras de liquidação, tais como liquidação de fichas de compensação, convênios, recargas e crédito digital.

b) Fiscais e previdenciárias

	30 de junho de 2025
Despesas de pessoal	10.828
Salários e encargos	3.259
Tributos a recolher	12
	14.099

c) Diversas

	30 de junho de 2025
Fornecedores diversos	12.623
Remuneração de parceiros	10.993
Obrigação por aquisição de investimentos (i)	6.190
Passivo de arrendamento	1.593
Provisão para passivo a descoberto (nota 8)	207
Outros	18
	31.624
Circulante	27.329
Não circulante	4.295

(i) Valores a pagar na aquisição de investidas

Valores a pagar pela aquisição das empresas Finansytech Desenvolvimento de Sistemas Ltda., ocorrida em 14 de fevereiro de 2023 e Regulatório Mais,

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 30 de junho de 2025

ocorrida em 03 de maio de 2024. O preço total das transações foi de R\$ 46.501 e R\$ 6.782, respectivamente.

Em 30 de junho de 2025, o passivo relacionado a estas aquisições, monta R\$ 6.190, sendo R\$ 1.103 relativo a Finansystech e R\$ 5.087 relativo a Regulatório Mais.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 30 de junho de 2025

13. Contingências

a) Depósitos Judiciais – nota explicativa 7b.

	30 de junho de 2025
Cível	10
Tributário	163
	173

b) Provisões – nota explicativa 12b.

	Cível	Trabalhista	Total
	30/06/2025	30/06/2025	30/06/2025
Saldo Inicial	177	-	177
Constituição	156	-	156
Reversão	(40)	-	(40)
Reversão por Pagamento	(70)	-	(70)
	223	-	223

i) Cível

Em 30 de junho de 2025, a Companhia registrou uma provisão de R\$ 223 para os processos de natureza cível, considerados com risco de perda provável. O montante considerado com risco possível, onde não há exigibilidade da constituição de provisão, totaliza em 30 de junho de 2025, R\$ 4.657. Os processos com estimativa de perda possível referem-se substancialmente a ações ajuizadas por consumidores que, devido ao modelo de negócio da companhia, reclamam indenização por prejuízos causados por terceiros.

ii) Trabalhista

Em 30 de junho de 2025, a Companhia não possui provisão para contingências de natureza trabalhista.

iii) Tributário

Em 30 de junho de 2025, a Companhia não possui contingências tributárias passivas.

14. Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2024, o capital social subscrito e totalmente integralizado, em moeda corrente nacional, é de R\$ 333.490, dividido em 243.887.832 (duzentos e quarenta e três milhões, oitocentas e oitenta e sete mil, oitocentas e trinta e duas) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, dos quais R\$ 248.368 estavam em processo de aprovação pelo Banco Central do Brasil.

Em 30 de junho de 2025, o Banco Central do Brasil aprovou a alteração do capital social da Celcoin para R\$ 294.465, restando ainda R\$ 39.025 em

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 30 de junho de 2025

aprovação deste órgão regulador.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 30 de junho de 2025

14.1. Reserva de capital

Em 2019, foi constituída a reserva de capital no montante de R\$ 1.000 pago a título de ágio no aumento de capital efetuado pelo fundo VOX Impact Investing II, considerando o valor de avaliação da Companhia.

Em 2024, foi constituída a reserva de capital, contabilizada em outras reservas de capital, no montante de R\$ 25.000 com a natureza de bônus de subscrição decorrente de aportes efetuados pelos investidores, sendo R\$ 15.000 por Vox Tech For Good Growth I Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia e R\$ 10.000 por Innova V Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia.

14.2. Dividendos

Conforme definido no estatuto social da Celcoin, os acionistas têm direito a um dividendo anual cumulativo de pelo menos 10% (dez por cento) do lucro líquido do exercício. O saldo remanescente depois de atendida as disposições legais, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral.

15. Resultado bruto da intermediação financeira

	<u>1º semestre de 2025</u>
Resultado com Relações Interfinanceiras	50.305
Resultado com Títulos e Valores Mobiliários	12.976
Receita de intermediação financeira	63.281
Resultado das captações	(11.259)
	<u>52.022</u>

16. Receitas com prestação de serviços

		<u>1º semestre de 2025</u>
Receitas		83.303
Processamento de contas	(a)	46.633
Outros produtos comercializados na plataforma	(b)	34.897
Outras	(c)	1.773

(a) Processamento de Contas - Ficha Compensação e Concessionárias - liquidação de boletos bancários ou contas de consumo (convênios, energia, internet e afins);

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 30 de junho de 2025

- (b) Refere-se a conteúdo digital comercializado produto que permite compra de créditos de forma virtual para celulares e plataformas virtuais (créditos de Uber, Google Pay, Sky, etc.) e soluções específicas fornecidos a clientes da plataforma de APIs como liquidação de Banking as a Service (Baas - solução personalizada de infraestrutura bancária oferecida a clientes, que podem oferecer a seus clientes finais a possibilidade de contas individualizadas, reguladas, além de um pacote de serviços presentes nas outras APIs da Celcoin.), saque Tecban, Pix (envio e recebimento instantâneo de recursos financeiros, lançado pelo Banco Central do Brasil, etc.) e intermediação de operações com cartões de débito e crédito;
- (c) Valores pagos a fornecedores de produtos e serviços oferecidos na plataforma, substancialmente consulta CPF e CNPJ, consulta DICT e criação de QRcode.

17. Despesas gerais e administrativas

	1º semestre de 2025
Serviços de Terceiros	(21.847)
Hospedagem de dados	(9.027)
Amortização	(7.772)
Sistemas Operacionais Administrativos	(3.715)
Feiras e Eventos	(3.204)
Despesas com Marketing	(2.692)
Depreciação	(754)
Despesas com Vendas	(262)
Aluguel	(159)
Aluguel Equipamentos	(87)
Hospedagem de Dados Administrativos	(70)
Outras Despesas Administrativas	(1.702)
	(51.291)

Cabe ressaltar que o valor referente aos honorários de auditoria para todo o exercício de 2025 é de R\$ 886. A KPMG não presta outros serviços que não os de auditoria para a Celcoin Instituição de Pagamento S.A.

18. Despesas de captação

	1º semestre de 2025
Despesa de captação financeira	(11.259)
Despesa de captação operacional	(26.825)
Total	(38.084)

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 30 de junho de 2025**19. Despesa de pessoal**

	1º semestre de 2025
Salários e ordenados	(18.944)
INSS	(4.981)
Outras Despesas com Pessoal	(4.509)
Benefícios	(4.323)
Pagamentos Baseados em Ações	(3.857)
Provisões de férias e 13º salário	(3.539)
FGTS	(1.571)
	(41.724)

20. Despesas tributárias

	1º semestre de 2025
COFINS	(7.077)
Importação de serviços	(1.737)
ISS	(1.674)
PIS	(1.371)
Outras	(17)
	(11.876)

21. Outras receitas / (despesas) operacionais

	1º semestre de 2025
Infraestrutura tecnológica	(4.824)
Outras receitas financeiras	9.365
Outras despesas operacionais	(3.090)
Outras despesas financeiras	(1.996)
Outros custos	(1.703)
Outras despesas administrativas	(1.072)
Provisão cível, trabalhista e outras	(61)
	(3.381)

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 30 de junho de 2025

22. Imposto de renda e contribuição social

Reconciliação do imposto de renda e da contribuição social registrados no resultado do semestre findo em 30 de junho de 2025:

	30 de Junho de 2025
Lucro líquido do exercício antes do imposto de renda e da contribuição social	7.703
Alíquota vigente	0
Expectativa de despesa de IR e CS	(2.619)
Tributos sobre adições e exclusões permanentes:	
Investimento em Controlada	2.677
Lei do Bem	2.283
Adicional IRPJ (10%)	12
Brindes e despesas não dedutíveis	111
Diferido Não constituído	(3.919)
Despesa de Imposto de renda e contribuição social	(1.454)
Imposto de renda e contribuição social - corrente	(1.057)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	(397)
Imposto de renda e contribuição social	(1.454)

23. Transações com partes relacionadas

	30 de junho de 2025			
	Ativo	Passivo / PL	Despesas	Receitas
Galax Pay Instituição de Pagamento S.A.	5.809 (a)	47.400 (b)	354(c)	
Celcoin Securitizadora S.A.	-	-	-	-
Finansystech S.A.	32 (d)	-	-	-
Regulatório Mais S.A.		15 (f)	100 (g)	
Via Capital SCD S.A.	5.000 (h)	-	-	-
Celcoin Participações Ltda	61.001 (h)	-	-	
Total	71.842	47.415	100	354

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 30 de junho de 2025

- (a) Valor referente a dividendos propostos a receber da Galax Pay.
- (b) Montante referente a utilização da infraestrutura Banking as a Service (BaaS) disponibilizada pela Galax Pay para viabilizar a prestação de serviços.
- (c) Valor referente a remuneração por prestação de serviço infraestrutura Banking as a Service (BaaS).
- (d) Referem-se a nota de débito relativas ao rateio de despesas administrativas.
- (e) Referem-se a reembolso de despesas administrativas rateadas.
- (f) Valores a pagar referente a serviços prestados plataforma Reg+ para atendimento as obrigações regulatórias da Celcoin.
- (g) Valor de despesas para referente a serviços prestados Reg + para atendimento as obrigações regulatórias da Celcoin.
- (h) Valores referente a instrumento de dívida emitidos, sem redimento, com vencimento em maio de 2026.

(a) Remuneração da Administração

A remuneração paga à Administração da Companhia como honorários no primeiro semestre de 2025 foram R\$ 3.270 .

24. Pagamento baseado em ações

A Celcoin aprovou em 2020 o plano de pagamento baseado em ações para profissionais com função estratégica na Companhia. É um Plano de Opção de Compra de Ações, dando a oportunidade a estes profissionais se tornarem seus acionistas, buscando uma maior retenção e alinhamento dos interesses destes administradores e empregados com os interesses dos acionistas, sempre com vistas ao desenvolvimento dos objetivos sociais da Companhia.

No dia 12 de junho de 2024, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária da Celcoin Instituição de Pagamento S.A., na qual foi aprovada a migração do plano de pagamento baseado em ações, com a consequente assunção pela Celcoin Limited das obrigações da Celcoin Instituição de Pagamento S.A. decorrente do plano ativo.

Para as opções outorgadas que não foram exercidas, as condições relativas a período de *vesting* e preço de exercício foram mantidas. Por ocasião da re-precificação, foi realizado novo cálculo do valor justo das opções outorgadas e não exercidas, e 25 beneficiários tiveram o período de *vesting* integralmente acelerados, conforme previsto em contratos individuais, gerando uma constituição de reserva adicional por este evento de R\$ 8.399, além de R\$ 2.646 em decorrência da reprecificação da migração para um novo plano, totalizando R\$ 11.045 de constituição de reserva, registrados integralmente como despesa no primeiro semestre de 2024.

De acordo com o plano, a Celcoin optou pela transação de pagamentos baseados em ações liquidadas pela entrega de Instrumentos Patrimoniais, cujo valor justo desses instrumentos foi calculado substancialmente pelo modelo de precificação *Black&Scholes*, onde a Companhia passa a reconhecer a despesa do custo das ações concedidas a partir de sua outorga até as datas de suas opções, conforme previsto em contrato, onde esses executivos poderão ou não exercer ao direito de compra dessas ações.

a) Características Relevantes do Plano

Como características mais relevantes do Plano, pode-se destacar: (i) a gestão do Plano será de responsabilidade da Administração; (ii) o número de ações que o beneficiário terá direito de adquirir ou subscrever foram estabelecidos em seus contratos individuais, assim como todas as condições estabelecidas no Plano, sempre respeitando os limites previstos; (iii) as opções poderão ser exercidas total ou parcialmente durante o prazo e nos períodos fixados no Programa e nos respectivos contratos, que preveem período de *cliff* de 12 meses, e *vesting* de 48 meses.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 30 de junho de 2025

Plano	Aprovação	Opções em circulação no início do período	Preço médio do exercício	Participantes
Plano 1 (*)	01/01/2022	7.996	611,40	diretores, gestores e colaboradores chave
Plano 2	12/06/2024	22.762	421,06	diretores, gestores e colaboradores chave

(*) Plano extinto em 12 de junho de 2024, no momento de migração para o Plano 2.

Preço da ação	Preço médio de exercício	Taxa livre de risco	Volatilidade (*)	Valor justo da opção
2.287,57	1.559,27	10,10%	59,30%	1.338,81

(*) A volatilidade representa a magnitude das variações esperadas no preço da ação ao longo do tempo e é estimada com base em dados históricos e/ou informações implícitas de mercado. A Companhia determina a volatilidade esperada considerando, principalmente:

- **Volatilidade histórica:** calculada a partir das variações logarítmicas diárias (ou periódicas) do preço da ação em um horizonte de tempo compatível com a vida esperada das opções concedidas;
- **Período de observação:** alinhado, sempre que possível, ao prazo esperado do instrumento (expected life);
- **Ajustes por eventos não recorrentes:** exclusão ou análise crítica de eventos extraordinários que possam distorcer a série histórica;
- **Volatilidade implícita** (quando disponível): derivada de preços de opções negociadas no mercado, sendo considerada como evidência adicional das expectativas do mercado;
- **Comparáveis de mercado:** quando a entidade não possui histórico suficiente, podem ser utilizadas empresas comparáveis do mesmo setor.

A volatilidade é revisada periodicamente para refletir as condições mais recentes de mercado à época da concessão.

b) Outorgas

Segue composição em quantidade de ações do Plano 2, que é o único plano vigente em 30 de junho de 2025:

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 30 de junho de 2025

Outorga Plano 2	Opções aprovadas migradas do Plano 1 (em qtde de ações)
2024	19.274
	19.274

As despesas reconhecidas no semestre findo em 30 de junho de 2025 foram R\$ 3.857 (semestre findo em 30 de junho de 2024 foram R\$ 13.641).

25. Gerenciamento de Risco

O Conglomerado Prudencial da Celcoin, composto pela Celcoin Instituição de Pagamento S.A. e pela Galax Pay Instituição de Pagamento S.A., possui uma estrutura de gerenciamento de riscos voltada a identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar riscos relevantes. Essa estrutura é compatível com a natureza das atividades, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e proporcional à dimensão das exposições. Abrange, principalmente, o risco operacional e o risco de liquidez, uma vez que, devido ao modelo de negócios e à natureza das operações do Conglomerado, não há exposição significativa ao risco de crédito.

A gestão integrada dos riscos, além de proporcionar maior estabilidade aos resultados financeiros, contribui para a geração de valor e para o alcance dos objetivos estratégicos da Companhia.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 30 de junho de 2025

a. Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falhas, deficiências ou inadequações de processos internos, pessoas ou sistemas, bem como de eventos externos que possam impactar o alcance dos objetivos da Companhia.

O Conglomerado Prudencial adota o Modelo das Três Linhas do *Institute of Internal Auditors* (IIA) como parte do processo de gerenciamento de riscos, estruturado da seguinte forma:

- **1ª linha** – Áreas de negócios, responsáveis pela gestão primária dos riscos e pela execução dos controles;
- **2ª linha** – Áreas de controle (gerenciamento de riscos, controles internos, compliance etc.), responsáveis por apoiar as áreas de negócio na gestão dos riscos e realizar o monitoramento contínuo;
- **3ª linha** – Auditoria Interna, que conduz avaliações independentes e periódicas sobre a efetividade dos processos e controles.
À área de Gerenciamento de Riscos e Controles Internos compete identificar os riscos aos quais o Conglomerado está exposto, testar a eficácia dos controles, apontar fragilidades, reportar os resultados à Alta Administração e acompanhar a implementação das ações corretivas.

b. Risco de liquidez

O risco de liquidez é definido como a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; ou não ser capaz de converter moeda eletrônica em moeda física ou escritural no momento da solicitação do usuário.

A Celcoin possui mecanismos de monitoramento e controles diários a fim de controlar e mitigar a exposição ao risco de liquidez, através da definição de caixa mínimo, colchão de liquidez e indicadores de liquidez aceitáveis, além da Política de Gerenciamento de Risco de Liquidez e do Plano de Contingência de Liquidez, que determina as diretrizes e responsabilidades para enfrentar situações de estresse de liquidez.

Ainda sob a mesma gerência de risco de liquidez, a Celcoin mantém o processo de monitoramento e controle das contas salvas, garantindo que os limites mínimos de cobertura de saldo de moeda eletrônica de terceiros sejam cumpridos e a liquidez e valor das moedas eletrônicas, por meio da Política de Preservação do Valor e da Liquidez de Moedas Eletrônicas Emitidas.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 30 de junho de 2025

Atualmente, a Celcoin se beneficia de elevadas taxas de juros pois monetiza os excessos de caixa de duas maneiras: em investimentos de recursos próprios e com a custódia de recursos de terceiros (alocando os recursos em remuneração de juros, depósitos de curto prazo e outros instrumentos financeiros, escolhendo instrumentos com liquidez adequada, fornecendo a segurança conforme exigência regulatória, inclusive). A receita oriunda destes investimentos é relevante para o resultado da Companhia. Atualmente, as taxas de juros dos investimentos são próximas a 100% do CDI. A receita financeira, com base em 30 de junho de 2025, seria impactada conforme quadro a seguir:

	Cenário Base - Junho de 2025	Cenário 1 - Aumento de 30% do CDI	Cenário 2 - Redução 30% do CDI
Aplicação (em R\$ k)	1.275.566	1.275.566	1.275.566
Receita Financeira	74.899	97.369	52.429
(%) Rentabilidade	5,87%	7,63%	4,11%
CDI acumulado 1º semestre/2025	6,36%	8,27%	4,45%
(%) do CDI	92,31%	92,31%	92,31%

c. Gestão de capital

A apuração dos índices de capital é realizada de forma consolidada, com base nas informações do Conglomerado Prudencial.

O Conglomerado Celcoin, classificado como Conglomerado Tipo 2, conforme a Resolução BCB nº 437/25, utiliza do modelo padronizado simplificado para cálculo do requerimento mínimo de Patrimônio de Referência de Instituição de Pagamento (PRip).

De acordo com a Resolução BCB nº 198/22, o índice mínimo de PRip deve ser mantido acima de 12%. Em 30 de junho de 2025, o Conglomerado Celcoin encerrou o semestre com Patrimônio de Referência superior ao mínimo exigido, registrando um índice de capital de **32,96%**.

* * *